

ADELAIDE HASSE: O INÍCIO DE UM SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

ADELAIDE HASSE: THE BEGINNING OF A CLASSIFICATION SYSTEM

Mariana Xavier de Oliveira¹
Camila Monteiro de Barros²

Resumo: Nos Estados Unidos, durante um período em que documentos governamentais eram incorporados às bibliotecas públicas, Adelaide Hasse, então funcionária da Biblioteca Pública de Los Angeles (LAPL), desenvolveu um sistema de classificação para esses documentos. Esse sistema foi refinado durante sua atuação no *United States Government Printing Office* (GPO). O objetivo deste artigo é fornecer uma visão geral do contexto no qual Adelaide Hasse inicia sua trajetória profissional e o que viria a ser um sistema de classificação para documentos governamentais. As contribuições de Adelaide são muito mais amplas do que as discutidas aqui e serão exploradas mais detalhadamente na pesquisa de mestrado em andamento, da qual apresentamos um breve extrato.

Palavras-chave: Adelaide Hasse; sistemas de classificação bibliográfica; classificação – história; SuDoc; classificação do superintendente de documentos.

Abstract: *In the United States, during a period when government documents were being integrated into public libraries, Adelaide Hasse, then an employee of the Los Angeles Public Library (LAPL), developed a classification system for these documents. This system was refined during her time at the United States Government Printing Office (GPO). The aim of this article is to provide an overview of the context in which Adelaide Hasse began her professional career and what would become a system for classifying government documents. Adelaide's contributions are far broader than those discussed here and will be explored in more detail in the ongoing master's research, of which we present a brief excerpt.*

Keywords: *Adelaide Hasse; book classification systems; classification – history; SuDoc; superintendent of documents classification.*

1 INTRODUÇÃO

A classificação bibliográfica desempenhou um papel fundamental na organização e acesso ao conhecimento ao longo da história. No século XIX, um

¹ Mestranda em Ciência da Informação (UFSC). Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: deoliveira.marix@gmail.com.

² Doutora em Ciência da Informação (UFSC) Docente da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: camila.c.m.b@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9207-5565>.

período marcado pelo crescimento exponencial das coleções de livros e documentos, tornou-se cada vez mais importante desenvolver sistemas eficientes de classificação que permitissem a localização e recuperação rápida de informações. No entanto, os sistemas de classificação antes de 1870 eram frequentemente baseados em ordens cronológicas, geográficas ou temáticas (Sales, 2017). Com o aumento das coleções e a necessidade de lidar com uma quantidade cada vez maior de informações, ficou claro que novas abordagens eram necessárias para enfrentar esse desafio. Foi nesse contexto que Adelaide Hasse, uma bibliotecária pioneira e visionária, emergiu como uma figura central na evolução da classificação bibliográfica.

Nascida na cidade de Milwaukee no estado de Wisconsin nos Estados Unidos em 1868, Hasse começou sua carreira como bibliotecária em Los Angeles, numa época em que a profissão estava passando por mudanças significativas, com a junção dos arquivos públicos aos sistemas de bibliotecas estadunidenses. Ela notou a necessidade de aprimorar e padronizar a classificação bibliográfica, para torná-la mais adequada ao tipo de informação a ser tratada (Beck, 2006).

Por volta de 1890, enquanto atuava sob supervisão de Tessa Kelso na *Los Angeles Public Library* (LAPL), Hasse foi encarregada de organizar e disponibilizar documentos originados de órgãos governamentais, recém-chegados à instituição (Beck, 2006). Documentos esses que a Classificação Decimal de Dewey, utilizada na LAPL, não contemplava, e que não faziam parte do acervo usual de uma biblioteca pública. A partir daí, Hasse se debruça nas questões de classificação tanto bibliográfica quanto documental (Beck, 2006).

Esse é o contexto em que se inicia a carreira de Adelaide Hasse. Bibliotecária responsável pela idealização do que mais tarde viria a se tornar o *Superintendent of Documents Classification System*, sistema de classificação utilizado pelo *United States Government Publishing Office*. O objetivo do presente artigo é relatar brevemente o

contexto dos sistemas de classificação no século XIX nos Estados Unidos, inserindo a atuação de Adelaide Hasse nesse contexto. O trabalho vanguardista de Adelaide Hasse representa uma importante etapa na evolução da classificação bibliográfica e merece ser estudado e compreendido em sua totalidade.

2 DESENVOLVIMENTO DA CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA NO SÉCULO XIX

O século XIX foi um período de significativo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos métodos de classificação bibliográfica. Durante esse período, surgiram diferentes sistemas de classificação que buscavam facilitar o acesso e a recuperação das informações contidas nos documentos.

De acordo com Dahlberg (1979), até o século XVIII, a classificação era tida apenas com o intuito de organizar as ideias ou materiais de uma forma sistemática e útil. No entanto, é no século XIX que surge, nos Estados Unidos, uma das classificações bibliográficas mais influentes da época e até hoje: o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), criado por Melvil Dewey em 1876. No entanto, a CDD não foi o único sistema de classificação que surgiu no período. Jamdade, Jamdade, Panage e Mugade (2012) listam dezessete sistemas de classificação bibliográfica como os mais proeminentes, entre eles estão a *Subject Classification* de James Duff Brown (Reino Unido), a Classificação Decimal Universal de Paul Otlet e Henri LaFontaine (Bélgica) e a *Brunet Scheme* de Jean Charles Brunet (França). Este artigo tratará, no entanto, de apenas quatro daqueles surgidos entre 1801 e 1900, nos Estados Unidos da América. Local e tempo estes que situam o contexto no qual Adelaide Hasse estava inserida nos primórdios de sua atuação como bibliotecária. São eles: *Book Classification*, de William Torrey Harris, Classificação Decimal de Dewey (CDD), *Expansive Classification*, de Charles Ammi Cutter e *Library of Congress Classification*, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Conhecido como a pessoa responsável por fundar a classificação bibliográfica estadunidense, em 1858 ele assumiu o cargo de professor na *Franklin Grammar School* em Saint Louis. Ao longo dos anos ele passou pelos cargos de professor, diretor, superintendente assistente e superintendente até 1880 (Sales, 2017).

Após comparecer a uma palestra de A. Bronson Alcott, Harris começou a se interessar pelos trabalhos de Theodore Parker e desenvolveu um interesse maior ainda em literatura alemã e filosofia (La Montagne, 1961).

Já em Saint Louis, conheceu Henry Conrad Brokmeyer, que havia sido aluno de Hegel e Goethe. Foi essa amizade que despertou a vontade de entrar em contato com os escritos de Hegel. Enquanto elaborava um currículo escolar para as escolas de St. Louis, Harris se viu interessado em classificação bibliográfica. Ele acreditava que as bibliotecas exerciam um papel importante na educação e que bons catálogos eram necessários para que atingissem todo o seu potencial. Um catálogo de autores que permitissem os usuários a verificarem se o livro que procuravam existia na biblioteca ou não, havia deixado de ser suficiente. Era necessário que um índice de assuntos o acompanhasse, para que aqueles usuários que não estavam à procura de um autor específico pudessem encontrar o material que necessitavam (Sales, 2017).

Foi então que Harris implementou um catálogo classificado na *St. Louis Public School*. As classes principais eram três: Ciência, Arte (Estética) e História. No entanto, essas classes se desdobravam em divisões. Ciência, por exemplo, desdobrava-se em Filosofia; Teologia; Ciências Políticas e Sociais; Ciências Naturais, e Artes Úteis. Cada uma dessas divisões podia ou não ter subdivisões. Neste caso apenas as duas últimas divisões o tinham (Sales; Barros, 2022).

Foi este sistema que acabou por influenciar Dewey no desenvolvimento da Classificação Decimal em 1873 e publicada em 1876. (La Montagne, 1961).

A CDD baseava-se, segundo Piedade (1977), em um sistema numérico que atribuía números decimais aos diferentes assuntos, dividindo o conhecimento em dez classes principais e foi projetada para permitir a inclusão de novos conhecimentos à medida que surgiam.

O sistema de Classificação Decimal de Dewey foi um marco na história da organização do conhecimento, pois estabeleceu uma estrutura hierárquica que permitia a localização rápida de materiais em bibliotecas. Além disso, a CDD tornou-se um padrão abundantemente adotado em bibliotecas ao redor do mundo, impulsionando a padronização e a colaboração entre instituições (Ranganathan, 1951).

Foi publicado pela primeira vez sob o título de *A Classification and Subject Index, for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library* em 1876 sem apresentar a autoria. Sendo um sistema decimal, Segundo Dewey (1894), a CDD divide o conhecimento em nove classes principais e aquelas obras que não se encaixam em nenhuma das outras nove entram na classe “Obras Gerais”. As classes principais são separadas em divisões e estas, por sua vez, são separadas em seções e as especificidades são demonstradas dígito a dígito. As classes que dividem o conhecimento são: Filosofia, Religião, Ciências Sociais, Línguas, Ciências Naturais, Ciências Aplicadas, Artes, Literatura e História. A classe 5 Ciências Naturais, por exemplo, possui nove divisões: 510 Matemática, 520 Astronomia, 530 Física, 540 Química, 550 Geologia, 560 Paleontologia, 570 Biologia, 580 Botânica, 590 Zoologia. Caso seja necessário especificar mais, basta verificar as seções de cada uma das divisões. Assim sendo, supondo que o assunto do material seja “trigonometria”, verifica-se a classe 500 Ciências Naturais – 510 Matemática, 511 Aritmética – 512 Álgebra—513 Geometria – 514 Trigonometria.

A *Expansive Classification* ou Classificação de Cutter foi publicada em 1893, e segundo Barbosa (1969), não foi um sistema adotado em muitas bibliotecas apesar de ser bem-aceito em seu país, servindo de base para a *Library of Congress Classification*. Foi elaborada como uma alternativa ao sistema de Dewey, uma vez que, ainda conforme a autora, Cutter não considerava a CDD capaz de se expandir o suficiente para agregar todos os assuntos e seus subtópicos. Cutter faleceu antes de finalizar o sistema e apesar de todos os esforços empregados, ele continua incompleto.

Ao contrário de Dewey, que utilizou notações numéricas, Cutter, de acordo com La Montaigne (1961), aceitando a sugestão do primeiro, decidiu utilizar notações alfanuméricas. As classes principais, no entanto, eram compostas exclusivamente de letras: *A - General works, B - Philosophy, C - Christianity and Judaism, D - Ecclesiastical History, E - Biography, F - History, G - Geography and Travels, H - Social Sciences, I - Demotics and Sociology, J - Civics and Political Science, K - Legislation, L - Sciences and Arts, M - Natural History, N-Botany, O-P - Zoology, Q - Medicine, R - Useful arts and Technology, S - Engineering, T - Fabricative Arts, U - Art of War, V - Athletic and Recreative Arts, W - Art and Fine Arts, X - English Language, Y - English and American Literature e Z - Book Arts.*

Ainda que a *Expansive Classification* permitisse que o sistema fosse adaptado para diferentes ambientes, Adelaide Hasse também não conseguiu adaptá-lo à realidade da LAPL. Caso insistisse em implantá-lo para organizar os documentos que compunham a série do congresso, havia grandes chances de os documentos serem classificados erroneamente, tornando sua localização inviável.

Outra classificação bibliográfica do século XIX foi o sistema de classificação desenvolvido pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, o *Library of Congress Classification* (LCC), idealizado entre o final do século e o início do século XX e, como mencionado anteriormente, baseado na *Expansive Classification* de Cutter. O sistema

da LCC classifica os materiais de acordo com áreas do conhecimento, atribuindo letras e números para representar os assuntos. Esse sistema é composto de 21 classes principais e tem se expandido constantemente desde então.

A *Library of Congress Classification* denomina suas classes de tabela. Cada tabela principal possui tabelas auxiliares. O sistema da LC diferencia-se do de Cutter em muitos pontos, no entanto, um ponto importante que se nota aqui é a preocupação em separar a História dos Estados Unidos e a História Mundial e agrupar Língua e Literatura. A notação da LCC, assim como a de Cutter, é alfanumérica. Uma letra representa o assunto principal e duas representam as subdivisões. Quando há necessidade de expansão e o número seguinte já está sendo utilizado por outro assunto, é utilizada a expansão decimal. A tabela principal é dividida da seguinte forma: A - Obras Gerais; B - Filosofia e Religião; C - História e Ciências Auxiliares; D - História Universal; E-F - História da América; G - Geografia, Antropologia e Folclore; H - Ciências Sociais; J - Ciência Política; K - Direito; L - Educação; M - Música; N - Belas Artes; P - Língua e Literatura; Q – Ciência; R - Medicina; S - Agricultura; T - Tecnologia; U - Ciência Militar; V - Ciência Naval; Z - Bibliografia e Biblioteconomia.

Vale destacar que, ainda que a Documentação já se encontrasse em desenvolvimento no século XIX na Europa, nos Estados Unidos as discussões e atividades referentes a acervos e informações para além das bibliotecas eram cobertas pela chamada “Biblioteconomia Especializada” (Ortega, 2009). Ortega (2009) também relata que o termo Documentação firma sua presença nos Estados Unidos somente a partir de 1950 e que, de fato, nunca foi um termo expressivo dentro do país. Nesse sentido, apesar das contribuições de Adelaide encontrarem alguma convergência com a Documentação, seu trabalho encontra-se fortemente associado às práticas da Biblioteconomia. O breve panorama dos principais sistemas utilizados nos Estados Unidos no séc. XIX mostra o foco em classificações apoiadas na divisão do

conhecimento por disciplinas, que se distancia substancialmente das classificações pertinentes a documentos governamentais.

3 O SURGIMENTO DA IMPRENSA OFICIAL DO GOVERNO ESTADUNIDENSE

Fundado em 1861 o *U. S. Government Printing Office* tinha como objetivo centralizar a publicação dos documentos criados pela *House of Representatives* (*Lower House*) e pelo *Senate* (*Upper House*). Ambas as casas compunham, e ainda compõem, o congresso estadunidense. A idealização da instituição foi resultado de diversos escândalos de corrupção entre os representantes e as empresas, em sua maioria jornais, contratadas para o serviço anteriormente, o que culminou na necessidade de um órgão governamental que facilitasse o controle dos custos e que não mais exigisse a negociação de valores, fossem eles de serviço ou material (Joint Committe on Printing, 2010).

Em 1787, quatro anos após a Guerra Revolucionária que finalizou com a independência dos Estados Unidos, o deputado representante do estado da Pensilvânia declarou que a população tinha direito a ter conhecimento de todas as decisões tomadas pelo governo federal e que todos os procedimentos deveriam ser publicizados tanto pelas casas que compunham o congresso quanto por seus ocupantes. A princípio, as atas das reuniões eram enviadas aos dois jornais comerciais de Washington D. C, uma vez que eles eram os únicos que possuíam os recursos tecnológicos e financeiros para sustentar a atividade. Apesar das razões apresentadas para que esses dois jornais fossem responsáveis pelas publicações, os custos recaíam sobre o governo, as casas publicadoras enviavam recibos e o governo os reembolsava. O reembolso, no entanto, estava condicionado à aprovação do congresso referente à qualidade das impressões (Joint Committe on Printing, 2010).

Devido ao aumento do território e a redivisão dos estados na primeira metade do século XIX, tornou-se inviável custear a publicação do material por todos os jornais. É então que em 1846, com a aprovação da resolução Garrett Davis, começou a vigorar o processo de licitação. A escolha da casa publicadora se dava por aquele que oferecesse o menor valor pelo serviço (Joint Committe on Printing, 2010)

No entanto, não foi uma tarefa muito fácil. Com os valores oferecidos e o alto padrão de qualidade exigido, pode-se dizer que os jornais não estavam empolgados com as condições oferecidas. Mas, uma casa publicadora foi selecionada: Gales & Seaton (Joint Committe on Printing, 2010).

Em 1852, o volume de publicações havia crescido consideravelmente e o congresso chegou ao consenso de que seria necessário apontar um servidor para vistoriar o processo, é criado então, o cargo de Superintendente de Documentos. O cargo seria ocupado por dois anos de cada vez e dependendo da atuação do ocupante, o período poderia ser estendido por tempo indeterminado (Joint Committe on Printing, 2010).

Em 1858, como consequência da queda na qualidade das publicações levantou-se questionamentos sobre a integridade do ocupante do cargo de Superintendente de Documentos, iniciando-se assim, uma investigação e especulações sobre desvio de dinheiro. Após a investigação e muita discussão sobre o assunto, a *House of Representatives* chegou ao consenso de que para findar a especulação sobre a integridade do Congresso uma instituição deveria ser criada para ficar responsável pelas publicações e, aos poucos, possibilitar a independência das publicações do governo sem depender dos jornais (Joint Committe on Printing, 2010).

Em maio de 1860, é aprovada a criação do *Government Printing Office* (GPO) (Joint Committe on Printing, 2010).

Em 1869, além de todas as publicações agora realizadas pela instituição, foi agregado ao departamento o escritório de patentes, que até então eram realizadas por prestadoras de serviço privadas (Joint Committe on Printing, 2010).

Em 1870, as publicações da Marinha e do departamento de finanças também foram adicionadas às responsabilidades do escritório e cada vez mais departamentos foram incorporados até a massa documental se tornar insustentável (Joint Committe on Printing, 2010).

Em 1895, o GPO já empregava 1800 pessoas, produzia e armazenava um volume considerável de documentos e como, até aquele momento, não havia sido desenvolvido um sistema de classificação e organização que atendesse às necessidades, o então superintendente oferece uma vaga a Adelaide Hasse, visto que ela havia encontrado uma forma de organizar essa tipologia documental durante o período em que foi assistente de biblioteca na LAPL. Sistema esse, conhecido até hoje como SuDoc ou SuDocs, o *Superintendent of Documents Classification System*. (Nelson; Richardson Junior, 1986)

O agora chamado *Government Publishing Office*, sofreu algumas alterações nos últimos 127 anos, como era de se esperar. O nome, por exemplo, foi alterado de *Government Printing Office* para *Government Publishing Office* em 2014 (Joint Committe on Printing, 2010).

4 ADELAIDE ROSALIA HASSE

Conforme relatado por Beck (2006), Adelaide era uma jovem nascida em uma pequena cidade que ambicionava completar o ensino superior, mas, por ser a filha mais velha de uma família de poucos meios, encontrou na biblioteca pública da cidade em que vivia uma possibilidade. Adelaide trabalhou sob responsabilidade de Tessa Kelso, outra grande figura da biblioteconomia estadunidense, aprendeu,

evoluiu e se politizou. Foi acusada de sufrágio em uma época em que uma acusação dessas era suficiente para acabar com a reputação de uma mulher. E assumiu responsabilidades que condiziam com o nível de confiança que sua supervisora tinha nela.

Segundo Beck (2006), durante o período entre 1889 e 1895, Adelaide Hasse trabalhou na *Los Angeles Public Library* (LAPL) e foi evoluindo na instituição de acordo com o desempenho que entregava. Começou a carreira de auxiliar de bibliotecária na LAPL recebendo 40 dólares por mês. Não era uma carreira com salário dos mais altos, por essa razão ela não teve muitos problemas em conseguir o emprego. Não era tão atrativo aos homens da época.

Ainda de acordo com Beck (2006), durante os primeiros anos de Adelaide na instituição, Kelso já se deparava com um determinado volume de documentos públicos, visto que a instituição era uma das que haviam sido selecionadas para receber a Série do Congresso. Série esta que era composta por atas, procedimentos, projetos de lei e leis aprovadas pelas duas casas que compunham o governo federal, e impressos e distribuídos, como visto na seção anterior, pelo *Government Printing Office*. Segundo Nelson e Richardson Junior (1986), isso só se tornou um problema expressivo quando a LAPL se tornou um repositório de documentos emitidos pelas três esferas governamentais direcionados à cidade de Los Angeles.

No período em que atuou na LAPL, Hasse, em sua missão de organizar o material a ela confiado, tentou adaptar alguns sistemas de classificação para organizá-lo. Ela insistiu na CDD por um determinado período, uma vez que era o sistema de maior destaque na época e também o sistema utilizado pela LAPL na organização do resto do acervo. No entanto, a tentativa foi frustrada quando Hasse se deu conta de que ao utilizar um sistema já existente, corria o risco de que eles pudessem ser organizados de diferentes formas, o que tornaria a organização inútil (Beck, 2006).

É então que ela decide organizá-los por secretarias e departamentos. Desta forma, os documentos não se perderiam e poderia manter itens que estavam interligados juntos, fossem em função da secretaria de origem ou do ano (Beck, 2006).

No relatório anual de 1891, documento este que relatava o desempenho dos funcionários da instituição, Hasse foi mencionada apontando seu “excelente serviço na notação e classificação de Documentos Governamentais num plano original para tornar os seus conteúdos facilmente acessíveis ao público” (Beck, 2006, tradução nossa). É desconhecido o sistema completo de classificação desenvolvido por Adelaide na LAPL.

No ano de 1895, Hasse deixou a LAPL em função de uma acusação de ceder os espaços da biblioteca para grupos sufragistas se reunirem. Hasse nunca negou a acusação e durante a investigação, resolveu que pediria demissão antes de ser retirada do cargo. Hasse não se demitiu da LAPL até ter certeza de que teria um emprego para onde seguir. Como seus feitos na organização de documentos governamentais eram comentados em congressos da área com frequência, ofereceram a ela o cargo de bibliotecária no GPO. Hasse tornou-se a primeira bibliotecária a atuar no *U. S. Government Printing Office*.

Adelaide assumiu o emprego apenas quatro meses após a promulgação da legislação que centralizava os documentos emitidos pelo governo federal ao departamento de documentos no GPO e, mais uma vez, Hasse se viu em uma organização que precisava se reestruturar. O departamento precisava compilar e publicar um índice compreensivo (*Document Catalogue*) de publicações do governo federal, um índice consolidado (*Document Index*) de publicações do congresso e um catálogo mensal de divulgação de novos documentos inseridos no sistema (Beck, 2006).

Sua primeira tarefa foi organizar um volume expressivo de documentos. Ela tentou aplicar o mesmo *checklist* idealizado por ela mesma na LAPL, mas devido ao volume de documentos e ao aumento de departamentos, uma vez que se tratava do repositório da agência publicadora (o GPO certificava-se de guardar uma cópia de todos os documentos impressos para consulta, caso necessário) ela se deu conta de que o modelo antes utilizado precisaria ser adaptado (Beck, 2006).

Foi durante esse período que a classificação criada por ela para os documentos públicos emitidos pelo departamento de agricultura foi oficialmente publicada. Hasse foi contratada sob supervisão do então Superintendente de Documentos, Francis Crandall, que partilhava do interesse dela em documentos (Nelson; Richardson Junior, 1986).

Em 1896, foi publicado o *List of publications of the U.S department of agriculture from 1841 to june 30th 1895, inclusive*, que contava com uma *Letter of Transmittal* de William Parker Cutter, que de acordo com Conklin (1935), era bibliotecário do *Department of Agriculture* e sobrinho de Charles Cutter, na qual ele explicava como e por quem a lista havia sido compilada e um *Compiler's Preface*, no qual Hasse afirma que não existia a pretensão de perfeição, visto que era apenas um *checklist* para bibliotecários que se vissem obrigados a lidar com a documentação mencionada pela publicação. De acordo com Nelson e Richardson Junior (1986), Adelaide utilizou o princípio de proveniência, agrupando os documentos por departamento e subdivisões, e por forma. Os autores supõem que a escolha de Adelaide não foi exatamente pelo princípio em si, mas foi uma escolha lógica pela própria natureza da documentação que tinha como elemento de destaque a agência emissora do documento. A sistemática da lista contava com notação mista de números, letras e “:” (dois pontos).

Como todos os documentos eram emitidos pela mesma secretaria, no caso, a de agricultura, os dígitos numéricos partiam da classificação do *Secretary of Agriculture, Office AG 2*. Um exemplo retirado do *List of publications of the U.S department of agriculture from 1841 to june 30th 1895, inclusive* a ser observado é:

Report of Commissioner of Patents, showing the operations during the year 1841. (Henry L. Ellsworth.) 25 pp.
AG. 2: 841.

Este documento recebeu a classificação de AG 2: 841, sendo AG 2 – *Annual Reports do Secretary of Agriculture, Office* e separado pelos “:” (dois pontos), seguem os três últimos dígitos do ano correspondente. Não havia preocupação com relação a documentos possuindo os mesmos números de classificação pois apenas relatórios elaborados pelo secretário se enquadrariam neste item. Relatórios de outras divisões se enquadrariam nas respectivas classificações (Hasse, 1896).

Em 1904 foi publicado o *List of publications of the agriculture department: 1862 – 1902 with index*, que apesar de ter sido publicado como responsabilidade do Superintendente de Documentos, os créditos de desenvolvimento foram concedidos a Adelaide legitimamente (Beck, 2006). Aquele foi o início de outros muitos índices, divididos por estados e áreas específicas, que seriam publicados mais tarde.

5 CLASSIFICAÇÃO DO SUPERINTENDENTE DE DOCUMENTOS

O *Superintendent of Documents Classification* (SuDoc) foi desenvolvido na Biblioteca do *Government Printing Office* entre 1895 e 1903. Foi publicado pela primeira vez em 1903 por William Leander Post, então bibliotecário do GPO. Adelaide já havia se mudado para Nova Iorque e atuava na Biblioteca Pública da cidade. No prefácio da *List of Publications of the Agriculture Department 1862-1902, With Index*, assinada pelo Superintendente de Documentos em 1904 (Depository Administration Branch, 1990).

Post, ainda em seu cargo de bibliotecário responsável pela biblioteca do GPO, credita Adelaide R. Hasse pela fundação do sistema que usou a autoria da organização governamental para atribuir números de classificação a uma *List of Publications of the U.S. Department of Agriculture from 1841 to June 30. 1895*. Hasse iniciou o desenvolvimento da lista enquanto bibliotecária assistente na *Los Angeles Public Library*. A versão pensada para o *Government Printing Office* foi publicada pelo *Department of Agriculture* em 1896 no *Library Bulletin No. 9*. (Depository Administration Branch, 1990).

O sistema se expandiu conforme o Governo Federal evoluiu, criando ou excluindo departamentos. Embora ainda mantenha os princípios nos quais Hasse se baseou, algumas mudanças foram necessárias no decorrer dos anos e os métodos de uso precisaram acompanhar tais mudanças (Depository Administration Branch, 1990).

Como o sistema de classificação é baseado no status organizacional atual do autor do governo, mudanças podem ocorrer conforme a estrutura organizacional do governo federal se altera. Assim, as publicações de algumas agências emissoras podem ter três diferentes classificações atribuídas (Depository Administration Branch, 1990).

Apesar disso, o sistema sobreviveu ao teste do tempo como uma ferramenta viável para identificar exclusivamente publicações emitidas pelo Governo dos Estados Unidos. O sistema de classificação do Superintendente de Documentos tem sido usado por mais de 120 anos para identificar documentos públicos que foram distribuídos para bibliotecas depositárias e descritos no *Monthly Catalog of U. S. Government Publications*. O sistema também é usado para organizar as coleções de documentos na maioria das bibliotecas depositárias, bem como na coleção de documentos do *National Archives* (Depository Administration Branch, 1990).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *List of publications of the U.S department of agriculture from 1841 to june 30th 1895, inclusive* foi o predecessor do que hoje é conhecido como *U.S. Superintendent of Documents Classification* (SuDoc).

Apesar de muitos apagamentos a respeito de trabalhos de classificação realizados e registrados por Hasse, ela é reconhecida pelo seu pioneirismo na atuação como um tipo de bibliotecária documentalista do *U.S Government Printing Office*. Adelaide conseguiu atentar às especificidades do conjunto documental a organizar, anos antes da consolidação das discussões sobre documentação. Também é conhecida pela sua coragem em tornar público o assédio sofrido por conta da conduta de Melvil Dewey, ainda que, na época, tenha sido silenciada.

O trabalho prógono de Hasse pode ser conhecido por meio de publicações – algumas citadas neste texto – que contam sua trajetória profissional de modo mais geral. Suas concepções sobre bibliografias, classificação e tratamento de documentos podem ser vislumbradas em algumas publicações de sua própria autoria como *Women in Libraries*, 1917, e *The compensations of librarianship*, 1919. Mas a completude de suas contribuições técnicas, metodológicas e teóricas pode ser conhecida apenas a partir de uma profunda pesquisa documental, a ser desenvolvida em futuro próximo.

Através do desenvolvimento de sistemas de classificação de documentos governamentais mais eficientes e da promoção da colaboração e compartilhamento de conhecimento, Hasse deixou um legado duradouro para a profissão bibliotecária. Suas contribuições merecem ser reconhecidas e estudadas como parte importante da história, não somente da classificação bibliográfica, mas da biblioteconomia.

Conforme abordado nas seções anteriores, o desenvolvimento da documentação enquanto linha pertencente à biblioteconomia, não tinha muita

autonomia uma vez que todos os avanços eram atingidos dentro das bibliotecas que tinham como prioridade outros tipos de acervo. Mais especificamente aqueles que se enquadravam nos sistemas de classificação já bem estabelecidos e aceitos pela comunidade.

Até aquele momento, as bibliotecas tinham cada uma sua forma de tratar os documentos governamentais e não estavam tendo muito sucesso. Quando Hasse coloca a Série do Congresso em evidência e propõe formas de catalogar e classificar o material, ela se torna referência em uma prática tida, no mínimo, como desconfortável no âmbito das bibliotecas.

Ao participar das comissões da *American Library Association* sobre documentos governamentais, aumentou os pontos de discussão e aperfeiçoou não apenas o tratamento da documentação relacionada ao departamento de agricultura, que iniciou todo o processo, mas também dos documentos de outros departamentos, além de facilitar o processo de organização dos documentos relacionados aos departamentos de economia de cada estado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBICT, 1969.

BECK, Clare. **The new woman as librarian: the career of Adelaide Hasse**. Lanham: Scarecrow Press, 2006.

CONKLIN, Edwin G. William Parker Cutter. **Science**, Washington, v. 81, n. 2111, p. 582-583, jun. 1935. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.81.2111.582>. Acesso em: 20 set. 2024.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1., 1972, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979. v.1, p.352-370.

DEPOSITORY ADMINISTRATION BRANCH. Library Division. **An Explanation of the Superintendent of Documents Classification System.** Washington D. C: Government Printing Office, 1990.

DEWEY, Melville Louis Kossuth. **Tables and Index of the Decimal Classification and Relative index for arranging and Cataloging Libraries, Clippings, Notes, etc.** Boston: Library Bureau, 1894.

HASSE, Adelaide Rosalia. **List of publications of the U.S department of agriculture from 1841 to June 30th 1895, inclusive.** Washington, D.C.: Government Printing Office, 1896.

JAMDADE, Mohan; JAMDADE, Pramila; PANAGE, Bhausahab; MUGADE, Vishnu. Library classification and its development: a study. **Review of Research**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 1-4, sep. 2012. Disponível em: <https://oldror.lbp.world/UploadedData/167.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

JOINT COMMITTEE ON PRINTING. **A history of United States public printing.** Washington, D.C.: Government Printing Office, 2010. *E-book*. Disponível em: https://www.gpo.gov/docs/default-source/history-pdf-files/gpo_100years.pdf?sfvrsn=2. Acesso em: 20 set. 2024.

LA MONTAGNE, Leo E. **American library classification:** with special reference to the Library of Congress. Handen: The Shoe String Press, 1961.

NELSON, Gail. K; RICHARDSON JUNIOR, John. V. Adelaide Hasse and the early history of the U.S. Superintendent of Documents classification scheme. **Government Publications Review**, United States, v. 13, n.1, p. 79-96, jan./feb. 1986. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0277939086900300>. Acesso em: 20 set. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 14, n. especial, p. 59-79, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/nBnHLXhntbdShKvpM8tT3rB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2024.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação.** Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Philosophy of library classification**. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment For Library Science, 1951.

SALES, Rodrigo de. A Classificação de Livros de William Torrey Harris: influências de Bacon e Hegel nas classificações de biblioteca. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s. l.], v. 22, n. 50, p. 188-204, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p188>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SALES, Rodrigo de; BARROS, Camila Monteiro de. Classificação de livro (Book Classification - William Torrey Harris). **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, [s. l.], v. 16, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11533>. Acesso em: 20 set. 2024.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 tpbci@ancib.org

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

 [@ancib_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)